

MUNICIPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

Prestação de serviços de leitura de contadores, cortes e restabelecimentos de ligações de água

CONCURSO PÚBLICO

SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA
(conforme al. c) do ponto 3 do artigo 474º do CCP)

Serviço I - “Prestação de serviços de leitura de contadores - Bragança”

**Serviço II - “Prestação de serviços para interrupção e restabelecimento
do fornecimento de água”**

Dezembro 2018



PROGRAMA DE CONCURSO

Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, conferida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO
2. ENTIDADE ADJUDICANTE
3. DECISÃO DE CONTRATAR
4. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A ADMISSÃO DOS CONCORRENTES
5. CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO
6. ESCLARECIMENTO E RECTIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO
7. ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS
8. PROPOSTAS VARIANTES
9. PREÇO BASE E PRAZOS
10. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO
11. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
12. DOCUMENTOS E ELEMENTOS QUE AS PROPOSTAS DEVEM CONTER
13. PRAZO E MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS
14. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO
15. ANÁLISE DAS PROPOSTAS
16. AUDIÊNCIA PRÉVIA
17. ADJUDICAÇÃO
18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
19. CAUÇÃO
20. PAGAMENTO
21. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO
22. CONSULTA DA LISTA DOS CANDIDATOS E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS
23. NOVOS SERVIÇOS
24. ADIANTAMENTOS
25. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
26. ENCARGOS DOS CONCORRENTES
27. SEGUROS

ANEXOS



1. Identificação do concurso

1.1. O concurso tem por objecto a adjudicação de uma proposta para a: **“Prestação de serviços de leitura de contadores - Bragança”** e **“Prestação de serviços para interrupção e restabelecimento do fornecimento de água”**, nos termos do presente programa e anexos, caderno de encargos e respetivas cláusulas técnicas.

1.2. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos aprovado pelo D.L. n.º18/2008, de 29 de janeiro. O procedimento de concurso público com publicação em diário da república foi adoptado, nos termos e de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20º.

2. Entidade adjudicante

2.1. A entidade adjudicante é o Município de Bragança, sito No Forte de São João de Deus, 5300 – 263 - Bragança, com o telefone n.º 273304200, e-mail: dou@cm-braganca.pt.

3. Decisão de contratar

3.1. A decisão de contratar deverá ser tomada pelo Sr. Presidente.

4. Requisitos necessários para a admissão dos concorrentes

4.1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou colectiva, que participa neste procedimento mediante a apresentação de uma proposta.

4.2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou colectivas, qualquer que seja a actividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

4.3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante o Município de Bragança, pela manutenção da proposta.

4.4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio.

4.5. Deverão afetar a esta prestação de serviços, técnicos com experiência na actividade de fiscalização, controle, planeamento e coordenação de segurança em fase de obra e na direção de obras em geral e de edifícios em específico.

4.6. Estão impedidos de participar neste concurso, os concorrentes que se encontrem em alguma das situações previstas no art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos.



5. Consulta e disponibilização das peças do procedimento

5.1. O processo do concurso para a: **“Prestação de serviços de leitura de contadores - Bragança”** e **“Prestação de serviços para interrupção e restabelecimento do fornecimento de água”**, encontra-se patente na Secção Administrativa da Divisão Planeamento Infraestruturas e Urbanismo da Câmara Municipal de Bragança, sita no Edifício dos paços do Concelho, Forte São João de Deus, onde pode ser examinado, das 9:00H às 12:30H e das 14:00H às 17:30H, desde o dia da publicação do anúncio, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.2. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa ACIN - Icloud Solutions, Lda..

5.3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento. O Interessado apenas necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma. Para ter acesso à plataforma da ACIN, deverá efetuar os seguintes passos: Caso não esteja inscrito deverá aceder a "www.acingov.pt", seleccione "Aderir" e preencha os dados da empresa e do utilizador associado. Assinale a opção "Li e aceito as Condições Gerais de Adesão". Ao formalizar a pré-inscrição receberá os e-mails necessários ao acesso à plataforma Acingov, no entanto só consegue consultar as peças do procedimento após validados pela empresa ACIN - Icloud Solutions, Lda., os documentos de adesão da sua empresa, devidamente assinados pelos representantes legais. Mais informações através do número 707 451 451.

5.4. Caso já tenha o seu processo de adesão aprovado, bastará consultar o seu procedimento em "convites", acedendo ao pretendido. As peças concursais estarão disponíveis ao fundo da página, bem como no menu "Pedidos" poderá consultar as comunicações entre as entidades envolvidas.

6. Esclarecimentos e rectificação das peças do procedimento

6.1. No primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública na funcionalidade de "Esclarecimentos". No mesmo prazo, os interessados devem apresentar à entidade adjudicante, através da plataforma AcinGov no menu "Pedidos", na funcionalidade "Lista de Erros e Omissões do Caderno de Encargos" utilizando a opção "Criar Pedido", uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis;
 - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
- 6.2. O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.
- 6.3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, não sejam por ele expressamente aceites.
- 6.4. Dos esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados que precederam ao levantamento do processo de concurso e publicitada na plataforma eletrónica de contratação pública, de acordo com o artigo n.º 50 do Código dos Contratos Públicos.

7. Propostas variantes

- 7.1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

8. Preço Base e Prazos de execução

- 8.1. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 8.2. O valor base do concurso para a presente aquisição de serviços é de 220.000,00€ (Duzentos e vinte mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal aplicável;
- 8.3. O prazo da prestação dos serviços é de um ano. Este prazo poderá ser renovável por idêntico período, até ao limite máximo de dois anos. A renovação do contrato dependerá, anualmente, da decisão do órgão competente e deverá ser comunicada ao adjudicatário até três meses antes do termo do respetivo período contratual. Caso tal não aconteça, compete ao adjudicatário, durante o decurso do mês seguinte, requerer a renovação anual do contrato, apresentando para o efeito, um relatório exaustivo e rigoroso dos serviços prestados durante o ano em curso. Em face de tal solicitação, a CMB informará o adjudicatário sobre a decisão tomada até ao limite do prazo contratual em vigor.
- 8.4. A prestação de serviços ocorrerá no ato imediato à consignação dos mesmos.
- 8.5. O valor dos preços unitários adiante referidos manter-se-ão fixas até à conclusão da prestação de serviços.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

8.6. Juntamente com a proposta, onde constam os preços, o concorrente deverá apresentar, em anexo, os valores dos custos unitários, mensais e globais devidamente discriminados como se segue:

- a) Recursos humanos (técnicos, operativos, manutenção e administrativos);
- b) Viaturas;
- c) Equipamentos;
- d) Licenças;
- e) Material de escritório;
- f) Comunicações;
- g) Aluguer de espaço;
- h) Seguros;
- i) Campanhas de sensibilização;
- j) Outros conforme obrigações descritas no C.E. condições técnicas.

Estes custos deverão ser apresentados por tipo de serviço, isto é, **serviço I e serviço II** indicados nas peças do procedimento e deverão, simultaneamente, discriminar todos os meios envolvidos (humanos e materiais) relacionados com os mesmos. Da mesma forma deverá ser apresentada explicitamente toda a desagregação do custo até chegar aos respetivos custos unitários associados às fórmulas das remunerações mensais.

8.7. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

8.8. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;

8.9. O cálculo justificativo do preço da prestação de serviços será expresso da seguinte forma, tendo em conta o solicitado no ponto 9.1.

= (Remuneração mensal do serviço I + Remuneração mensal do serviço II) * 12 meses * 2 anos

Considerando como referências de cálculo:

- a) Leituras mensais = nº de contadores associados ao tipo de serviço (leituras não lidas igual a zero);
- b) Selagem = nº de contadores
- c) Número de substituições de contadores o equivalente a 25 contadores mensais;
- d) 800 Cortes mensais;
- e) Restabelecimentos = 80% dos cortes mensais
- f) Considerar os cortes e restabelecimentos urgentes 10% dos serviços normais.



Da mesma forma os custos fixos associados a cada um dos dois serviços deverão ser totalmente discriminados e desagregado indicando a estrutura até ao custo final.

9. Preço anormalmente baixo

9.1. Considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 60% ou mais inferior ao preço base.

10. Prazo de resposta e modo de apresentação das propostas

10.1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até às 17h30m do 15º dia de calendário, a contar do dia seguinte à disponibilização do procedimento na plataforma, sob pena de exclusão;

10.2. O disposto no número anterior não prejudica a eventual suspensão do prazo de apresentação das propostas, bem como a sua prorrogação nas condições previstas no artigo 64.º do CCP.

10.3. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir o disposto nos pontos seguintes.

10.4. A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa ACIN Icloud Solutions, Lda.

10.5. A proposta deverá ser carregada e submetida de acordo com o manual de elaboração de proposta, constante da opção “Manuais e documentação de Apoio”, no menu principal “Ajuda”.

NOTA IMPORTANTE: Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes deverão ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

11. Documentos e elementos que as propostas devem conter

11.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada nos moldes previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 57º do CCP, cuja minuta se junta no anexo I do presente Programa.

11.2. Documentos que, em função do objecto do contrato a celebrar e dos aspectos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente:

a) Proposta de preço, indicativa do preço global conforme modelo previsto no anexo II do presente Programa. Todos os preços deverão ser apresentados em Euros, não incluindo IVA, sendo mencionada expressamente a sua não inclusão e que aos preços acresce aquele imposto à taxa legal em vigor. No caso de existir divergência entre o preço indicado por extenso e o descrito por algarismos prevalecerá sempre o preço indicado por extenso.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

O valor do IVA deve ser indicado à parte, nos mesmos termos que o preço total. No caso de este valor não ser mencionado, entende-se que o preço indicado não inclui este imposto.

b) Documento referente ao preço total, conforme descrito desde o ponto 8.4 ao ponto 8.14., deste programa de concurso.

11.3. Documentos exigidos pelo programa do procedimento que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetido à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, nomeadamente:

a) Documentos referentes à proposta técnica, em conformidade com o constante no caderno de encargos e condições técnicas, contendo a metodologia e programa de desenvolvimento dos serviços a prestar e organograma funcional da equipa técnica, com inequívoca definição das cadeias hierárquicas, circuitos e procedimentos, incluindo:

a1) Constituição da equipa, período de mobilização, regime de ocupação, organização interna, funções e esquemas de integração;

a2) Funções a desempenhar por cada profissional destacado na equipa proposta.

a3) Lista nominal do pessoal indigitado para fazer parte da equipa, comprovativos de habilitações, de inscrições em associações profissionais, respetivos cargos e “Curriculum Vitae”. Deverão afetar a esta prestação de serviços e demonstrar através do CV, técnicos com experiência na atividade.

a4) Listagem e descrição dos sistemas de suporte informático (hardware e software) a utilizar, que deverão ser compatíveis com as utilizadas pelo Município de Bragança, separando os de uso próprio e os a disponibilizar para a *Entidade Adjudicante (caso se aplique)*, nomeadamente no referente a:

- ✓ Sistemas e redes de informação;
- ✓ Constituição de bases de dados para tratamento gráfico e numérico;
- ✓ Compatibilidade dos sistemas;
- ✓ Garantia e segurança da informação.

a5) Cronograma dos meios materiais a utilizar (comunicações, equipamento de escritório incluindo os meios informáticos, equipamento de segurança, outro equipamento).

a6) Apresentação dos formatos e modelos de relatórios, fichas, quadros, esquemas e demais gráficos e documentos-tipo internos e de comunicação à *Entidade Adjudicante*, compatibilizando-os com as do Município de Bragança, nomeadamente sobre a situação dos trabalhos e de sugestão de medidas e atitudes a tomar.

a7) Os recursos humanos a afectar à prestação de serviço em regime de exclusividade ou indicação da afetação concreta em caso de regime de tempo parcial, descrevendo também os processos/rotinas de trabalho de cada elemento da equipe de prestação de serviço proposta.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

- a₈) Proposta de escritório a afetar à prestação de serviço, com indicação o mais concreta possível, indicando a localização do mesmo que terá que ser na sede de concelho;
 - a₉) As viaturas e os equipamentos a afectar à prestação de serviço em regime de exclusividade ou reforço (com explicitação dos modelos propostos de divulgação a colocar);
 - a₁₀) Indicação das tarefas e rotinas propostas para a execução do serviço, nomeadamente proposta de circuitos de leitura e proposta de circuitos de cortes, indicando os tempos previstos a gastar nas mesmas, atendimento ao público, e pessoas a afetar em cada tarefa;
 - a₁₁) Descrição geral do modo de execução do serviço.
 - a₁₂) Documento comprovativo de que a concorrente possui, no âmbito dos seus estatutos, como objecto, entre outros, a prestação de serviços de exploração de sistemas de abastecimento de águas ou serviços de leituras.
 - a₁₃) Demonstração de conhecimento da área onde se enquadra a prestação dos serviços.
 - b) Memórias descritivas com a metodologia de trabalho no que diz respeito à utilização de meios materiais e equipamentos.
 - c) Descrição da metodologia a utilizar no que diz respeito às tarefas definida nas condições técnicas do caderno de encargos.
 - d) Indicação de ligações estabelecidas com organismos científicos e técnicos.
 - e) Certificações de que a concorrente disponha e que possam representar uma mais-valia qualitativa;
 - f) Outras prestações de serviços do mesmo âmbito que a concorrente preste ou tenha prestado (com declarações abonatórias da(s) entidade(s) respetivas);
 - g) Apresentação sistematizada da operação/manutenção assistida por meio informático específica para a presente prestação de serviços;
 - h) Discriminação exaustiva de todos os custos, conforme ponto 8 deste documento, que suportem os custos unitários apresentados para cada uma das tarefas e/ou atividades bem assim como os respetivos custos fixos a remunerar;
 - i) Documento em que o concorrente sintetize aqueles que considera serem os pontos fortes da sua proposta e que possam constituir mais-valias qualitativas que possam influenciar a decisão da entidade adjudicante.
 - j) Descrição exaustiva dos meios informáticos a utilizar, compatibilização com os meios que a CMB dispõe e interface entre os mesmos de forma a garantir que os serviços sejam prestados em conformidade com as condições técnicas do caderno de encargos.
- 11.4. Documento que contenha os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 57º do CCP, caso se aplique.



11.5. Quando os documentos não estiverem redigidos em língua portuguesa, serão acompanhados de tradução legalizada ou em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

11.6. Os documentos previstos nos números anteriores obedecem ao disposto nos n.ºs 1 e 3 a 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

11.7. Os concorrentes deverão assinar electronicamente todos os documentos que associarem à proposta.

12. Prazo de manutenção das propostas

12.1. Os concorrentes são obrigados a manter as respectivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

13. Critérios de adjudicação

13.1 A adjudicação será feita segundo o critério da proposta mais vantajosa, tendo em conta os seguintes fatores e subfactores, com a respetiva ponderação:

a) Preço (incluindo todos os encargos inerentes)	Ponderação de 55%
b) Qualidade Técnica da Proposta (QTP)	Ponderação de 30%
b) Garantia de Boa Execução (GBE)	Ponderação de 15%

A classificação final resultará da aplicação da seguinte equação ponderando as classificações obtidas em cada um dos fatores:

$$CF = [(55 \cdot P) + (30 \cdot QTP) + (15 \cdot GBE)] / 100$$

Sendo:

CF = Classificação final

P= Pontuação para o Preço da proposta

QTP = Pontuação para a Qualidade Técnica da Proposta

GBE = Pontuação para a Garantia de Boa Execução.

MÉTODO DE CLASSIFICAÇÃO

1 - PREÇO

A avaliação do 1.º fator (Preço) – Ponderação = 0.55 resulta da aplicação da seguinte expressão matemática:

$$P = 124 - 40 \cdot (Pa/Pb)$$



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

Sendo:

P = Pontuação de cada proposta de preço

Pa = Valor da proposta em análise

Pb = Preço base do concurso = 220.000,00 €

2 - QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA (QTP)

A avaliação do 2.º fator – Ponderação = 0.30 com os seguintes subfactores e ponderações:

$$QTP = [(MES \times 25) + (VTP \times 40) + (RTS \times 25) + (OD \times 10)] / 100$$

Em que:

- a) Modo de execução da prestação de serviços (MES): Conhecimento específico detalhado demonstrado na proposta relativamente aos serviços em causa, seus objetivos, condições locais observadas, bem como o âmbito e condições da prestação de serviços
- b) Valia técnica da proposta (VTP): Programa de exploração e manutenção: com a caracterização detalhada das atividades e operações a desenvolver em cada uma das tarefas associadas à prestação dos serviços, particularizando os aspetos considerados mais característicos e relevantes, a periodicidade da sua realização, meios materiais e equipamento afetos;
- c) Recursos Técnicos dos serviços (RTS): Descrição exaustiva de todos os meios humanos, equipamentos e “*software*” a afetar, em exclusividade, ao serviço e os que possam ser mobilizados para reforço do serviço em casos de necessidade. Indicação de interfaces com meios da CMB para desenvolvimentos dos serviços em conformidade com o descrito nas condições técnicas do caderno de encargos e explicitação do rigor no apuramento e apresentação dos encargos associados às prestações dos serviços que deram origem aos custos fixos e unitários respetivos.
- d) Outros documentos (OD): Demonstrativos da qualidade requerida.

3 – GARANTIA DE BOA EXECUÇÃO (GBE)

A avaliação do 3.º fator – Ponderação = 0.15 com os seguintes subfactores e ponderações:

$$GBE = [(PT \times 30) + (DA \times 25) + (DC \times 35) + (OD \times 10)] / 100$$

Em que:

- a) Programa de trabalhos (PT): Com pormenorização diária (tomando como referência um mês de trabalho), resultante da articulação e do encadeamento sequencial das atividades a desenvolver, bem como da respetiva afetação nominal dos recursos humanos, com demonstração no que se refere à sua experiência, nomeadamente em trabalhos de natureza semelhante e capacidade e especialização dos meios humanos de apoio a colocar ao serviço.



- b) Descrição da atuação (DA): Com explicitação dos métodos propostos para garantia da qualidade dos serviços a prestar;
- c) Demonstração de conhecimentos (DC): Resultante da prestação de serviços semelhantes, indicando os aspetos críticos para cada uma das tarefas a executar e medidas tendentes a mitigar qualquer dificuldade que destes possa decorrer. Apresentação de um plano de trabalhos/mão-de-obra diário (tendo como referência um mês tipo da prestação dos serviços), indicando todas as sequências/encadeamento de tarefas (incluindo os meios envolvidos) e respetivos caminhos críticos cujos constrangimentos condicionem o normal desenrolar dos trabalhos.
- d) Outros documentos (OD): demonstrativos de boa execução.

13.2 Metodologia para avaliação da valia técnica da proposta – subfactores – Anexo V do programa de concurso.

14. Análise das propostas

- 14.1. Após a análise das propostas será elaborado, pelo Júri, fundamentalmente um relatório preliminar no qual propõe a ordenação das mesmas.
- 14.2. No relatório preliminar, o Júri propõe também, a exclusão das propostas, nos termos do art.º 146.º do Código dos Contratos Públicos.

15. Audiência prévia

- 15.1. O relatório preliminar será enviado a todos os concorrentes, sendo fixado o prazo de 5 dias, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos.

16. Adjudicação

- 16.1. A adjudicação é o acto pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.
- 16.2. Depois de tomada a decisão de adjudicação, pelo órgão competente, será notificada aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76.º do Código dos Contratos Públicos.

17. Documentos de habilitação

- 17.1 O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no artigo 81.º do CCP e no artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, através de plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.



17.2 O adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma electrónica de contratação pública Acingov, no prazo de 10 dias, sob pena da adjudicação caducar.

18. Caução

18.1. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada:

- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da Câmara Municipal de Bragança, nos termos do modelo constante do Anexo IV ao presente Programa, que dele faz parte integrante;
- b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do Anexo V ao presente Programa, que dele fazem parte integrante.

18.2. Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

19. Pagamento

19.1. Os pagamentos ao Adjudicatário serão efetuados, mensalmente, ao longo do prazo da prestação dos serviços, de acordo com as fórmulas de remuneração indicadas nas condições técnicas do caderno de encargos, não havendo direito a qualquer tipo de revisão de preços em momento algum durante o prazo de execução do contrato.

20. Celebração de contrato

20.1. É exigível a celebração de contrato escrito, sem prejuízo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 95.º do CCP.

a) A minuta do contrato é aprovada em simultâneo com a decisão de adjudicação e notificada ao adjudicatário juntamente com aquela decisão, considerando-se aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

b) Até à data da assinatura do contrato, o adjudicatário deve apresentar declaração comprovativa de pagamento dos impostos legalmente devidos juntamente com a cópia da respetiva Guia de Pagamento, bem como entregar os documentos referidos do ponto 17.

c) São da responsabilidade do adjudicatário as eventuais despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito.



21. Consulta da lista dos candidatos e consulta das propostas apresentadas

21.1. No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas, será disponibilizada através da plataforma Acingov a lista dos candidatos que apresentaram proposta, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.

21.2. Os candidatos poderão consultar a lista referida no ponto anterior bem como as propostas apresentadas pelos concorrentes na sua área de trabalho depois de efectuarem o “Login” introduzindo o nome de utilizador e a palavra-chave.

a) Para efetuarem a consulta deverão aceder à área dos procedimentos “respondidos” e clicar sobre o concurso que pretendem visualizar, expandindo-o.

b) Os candidatos passarão então a ter acesso a dois separadores “Proposta” e “Lista de Concorrentes”, sendo visualizar no separador “Proposta”, a proposta que apresentaram e no separador “Lista de Concorrentes”, os concorrentes que apresentaram proposta ao concurso.

c) De seguida, deverão “clicar” sobre o separador “Lista de concorrentes” e vão poder visualizar a Lista dos concorrentes que apresentou proposta ao concurso. Ao “clicar” sobre cada proposta da Lista poderão ver os detalhes da proposta apresentada pelos concorrentes, nomeadamente, preços e documentos associados.

22. Novos serviços

22.1. Nos termos e para os efeitos do disposto na subalínea iv) da alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, desde já se indica a possibilidade de adopção de um procedimento de ajuste directo para a celebração de um futuro contrato de aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares objecto do presente concurso público.

23. Adiantamentos

23.1. Nos termos previstos no artigo 292º do CCP não serão concedidos adiantamentos de preço.

24. Legislação aplicável

24.1 Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, conferida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

25. Encargos dos Concorrentes

25.1. São encargos dos concorrentes todas as despesas inerentes à elaboração da proposta, prestação da caução e celebração do contrato.



26. Seguros

26.1. O Adjudicatário obriga-se a subscrever, sem quaisquer encargos para a Entidade Adjudicante, as seguintes apólices de seguros, válidas até ao final da prestação de serviços:

- a) Acidentes de Trabalho, conforme legislação em vigor, para todo o pessoal da sua equipa envolvida na prestação de serviços à *Entidade Adjudicante*, incluindo subadjudicatários, tarefeiros, consultores ou quaisquer outros que venham a integrar aquela equipa, em qualquer altura, desde que autorizados pela *Entidade Adjudicante*.
- b) Responsabilidade Civil Automóvel, conforme legislação em vigor, mas com capital ilimitado, para as viaturas que venham a circular no local da Obra ao serviço do Adjudicatário.
- c) Responsabilidade Civil Profissional que:
 - Garanta o pagamento das indemnizações devidas por danos patrimoniais e não patrimoniais em consequência de quaisquer falhas, erros ou omissões cometidas no exercício da sua atividade e que sejam causados a pessoas ou bens de terceiros;
 - Garanta a responsabilidade civil legalmente imputável ao Segurado por erros ou omissões profissionais dos seus colaboradores ou empregados;
 - Contemple a figuração como terceiro da *Entidade Adjudicante*;
 - Tenha um capital seguro igual ao valor dos honorários, com o mínimo de €100.000,00;
 - Contenha menção da Seguradora de que o mesmo não poderá ser anulado, modificado nem restringido nas suas condições sem o prévio e expresse acordo da *Entidade Adjudicante*.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

ANEXOS

ÍNDICE:

Anexo I: Modelo de declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos.

Anexo II: Modelo de declaração de habilitação.

Anexo III: Modelo de indicação do preço contratual.

Anexo IV: Modelo de declaração relativa a trabalhadores imigrantes.

Anexo V: Metodologia para avaliação da qualidade técnica da proposta – subfactores.

Anexo VI: Modelo de garantia bancária (reforço de caução).

Anexo VII: Modelo de guia de depósito bancário



ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal e (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);
- c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória. (6);
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

Anexo III

Modelo de Proposta

PROPOSTA

_____ (indicar firma e sede, ou nome estado civil profissão e morada),
depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso para “....”, a que se refere o
Anúncio de procedimento nº _____ publicado em Diário da República datado de
___/___/___, obriga-se a fornecer os serviços e bens objeto de concurso, pelo valor global
de € _____, _____ (por extenso), que não inclui o
imposto sobre valor acrescentado.

À quantia supra acrescerá imposto sobre valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo o que respeita à execução
do seu contrato ao que se achar prescrito na legislação Portuguesa em vigor.

Data _____

Assinatura _____



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

Anexo IV

Modelo de Declaração relativa a Trabalhadores Imigrantes

..... (nome do empreiteiro), pessoa colectiva n.º,
matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, detentor
do alvará n.º, com o capital social de com sede em
..... representado(a) pelos Senhores e, na
qualidade respectivamente de e (no caso de Agrupamento ou
Consórcio, identificação de todas as empresas que o constitui), declara para os devidos efeitos legais,
nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 198º do Decreto-Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, que cumpre
todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores imigrantes utilizados na realização dos
trabalhos da empreitada, designadamente a legislação laboral e as obrigações de declaração de
rendimentos sujeitos a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança Social.

Data:

Assinatura:



Anexo V

METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DA VALIA TÉCNICA DA PROPOSTA – SUBFACTORES

Fator 2: Qualidade Técnica da Proposta (QTP):

1) MES – Modo de execução da prestação dos serviços:

Neste subfactor são avaliados os documentos a seguir descritos:

a) Demonstração do conhecimento específico dos serviços	20 Pontos
b) Demonstração do conhecimento específico dos objetivos	20 Pontos
c) Demonstração do conhecimento específico dos locais	20 Pontos
d) Memória Descritiva com a metodologia de trabalhos	20 Pontos
e) Outros elementos (incluídos no ponto 11.3)	20 Pontos

- $0\% < a \leq 25\%$ do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta não aborda, ou aborda de forma insuficiente, os aspetos relativos ao subfactor, recebendo 25% do total da pontuação desse subfactor;
- $25\% < a \leq 50\%$ do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta aborda de forma razoável os aspetos relativos ao subfactor e/ou oferece algumas dúvidas ou reservas significativas, recebendo 50% do total da pontuação desse subfactor.
- $50\% < a \leq 75\%$ do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta revela uma boa abordagem dos aspetos relativos ao subfactor e/ou não oferece dúvidas ou reservas significativas, recebendo 75% do total da pontuação desse subfactor.
- $75\% < a \leq 100\%$ do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta aborda plena e objetivamente todos os aspetos relativos ao subfactor e não oferece quaisquer dúvidas ou reservas, recebendo 100 % do total da pontuação desse subfactor.

2) VTP – Valia técnica da proposta:

Neste subfactor são avaliados os documentos a seguir descritos:

a) Descrição detalhada das atividades identificando aspetos relevantes	30 Pontos
b) Definição da periodicidade da execução das tarefas	20 Pontos
c) Identificação de todos os meios afetos	30 Pontos
e) Outros elementos (incluídos no ponto 11.3)	20 Pontos



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

- 0% < a ≥ 25% do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta não aborda, ou aborda de forma insuficiente, os aspetos relativos ao subfactor, recebendo 25% do total da pontuação desse subfactor;
- 25% < a ≥ 50% do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta aborda de forma razoável os aspetos relativos ao subfactor e/ou oferece algumas dúvidas ou reservas significativas, recebendo 50% do total da pontuação desse subfactor.
- 50% < a ≥ 75% do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta revela uma boa abordagem dos aspetos relativos ao subfactor e/ou não oferece dúvidas ou reservas significativas, recebendo 75% do total da pontuação desse subfactor.
- 75% < a ≥ 100 % do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta aborda plena e objetivamente todos os aspetos relativos ao subfactor e não oferece quaisquer dúvidas ou reservas, recebendo 100 % do total da pontuação desse subfactor.

3) RTS – Recursos técnicos afetos aos serviços:

Neste subfactor são avaliados os documentos a seguir descritos, entre outros aspetos, no que se refere à adequação dos planos, indicação de categorias e experiência profissional, número dos recursos por tarefa (e acumulados), respetivos rendimentos e custos unitários (e total) diários por categoria e por atividade a realizar:

a) Plano de Mão-de-obra a afetar às tarefas	30 Pontos
b) Rendimentos das equipas de trabalho afetas a cada uma das tarefas	20 Pontos
c) Listagem dos equipamentos e software a utilizar	30 Pontos
e) Outros elementos (incluídos no ponto 11.3)	20 Pontos

- 0% < a ≥ 25% do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta não aborda, ou aborda de forma insuficiente, os aspetos relativos ao subfactor, recebendo 25% do total da pontuação desse subfactor;
- 25% < a ≥ 50% do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta aborda de forma razoável os aspetos relativos ao subfactor e/ou oferece algumas dúvidas ou reservas significativas, recebendo 50% do total da pontuação desse subfactor.
- 50% < a ≥ 75% do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta revela uma boa abordagem dos aspetos relativos ao subfactor e/ou não oferece dúvidas ou reservas significativas, recebendo 75% do total da pontuação desse subfactor.
- 75% < a ≥ 100 % do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta aborda plena e objetivamente todos os aspetos relativos ao subfactor e não oferece quaisquer dúvidas ou reservas, recebendo 100 % do total da pontuação desse subfactor.



4) OD – Outro documentos:

Neste subfactor são avaliados documentos não requeridos neste programa de concurso e que possam ser demonstrativos da qualidade técnica requerida:

- | | |
|--------|------------|
| a) Sim | 100 Pontos |
| b) Não | 0 Pontos |

Fator 3: Garantia de Boa Eexecução (GBE):

1) PT – Programa de trabalhos:

Neste subfactor são avaliados os documentos a seguir descritos:

- | | |
|---|-----------|
| a) Memória descritiva e apresentação gráfica do Plano de trabalhos | 20 Pontos |
| b) Memória descritiva e apresentação gráfica do Plano de mão de obra | 20 Pontos |
| c) Descrição exhaustiva do modo de execução de cada tarefa (procedimento) | 20 Pontos |
| d) Documento de compromisso face à necessidade de reforço de meios | 20 Pontos |
| e) Outros elementos (incluídos no ponto 11.3) | 20 Pontos |

- 0% < a ≤ 25% do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta não aborda, ou aborda de forma insuficiente, os aspetos relativos ao subfactor, recebendo 25% do total da pontuação desse subfactor;
- 25% < a ≤ 50% do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta aborda de forma razoável os aspetos relativos ao subfactor e/ou oferece algumas dúvidas ou reservas significativas, recebendo 50% do total da pontuação desse subfactor.
- 50% < a ≤ 75% do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta revela uma boa abordagem dos aspetos relativos ao subfactor e/ou não oferece dúvidas ou reservas significativas, recebendo 75% do total da pontuação desse subfactor.
- 75% < a ≤ 100 % do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta aborda plena e objetivamente todos os aspetos relativos ao subfactor e não oferece quaisquer dúvidas ou reservas, recebendo 100 % do total da pontuação desse subfactor.

2) DA – Descrição da atuação:

Neste subfactor são avaliados os documentos a seguir descritos:

- | | |
|--|-----------|
| a) Descrição geral do modo de execução dos serviços | 30 Pontos |
| b) Definição de rotinas e periodicidades | 20 Pontos |
| c) Sistematização da operação assistida por meio informático | 30 Pontos |
| e) Outros elementos (incluídos no ponto 11.3) | 20 Pontos |



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

- 0% < a ≥ 25% do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta não aborda, ou aborda de forma insuficiente, os aspetos relativos ao subfactor, recebendo 25% do total da pontuação desse subfactor;
- 25% < a ≥ 50% do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta aborda de forma razoável os aspetos relativos ao subfactor e/ou oferece algumas dúvidas ou reservas significativas, recebendo 50% do total da pontuação desse subfactor.
- 50% < a ≥ 75% do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta revela uma boa abordagem dos aspetos relativos ao subfactor e/ou não oferece dúvidas ou reservas significativas, recebendo 75% do total da pontuação desse subfactor.
- 75% < a ≥ 100 % do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta aborda plena e objetivamente todos os aspetos relativos ao subfactor e não oferece quaisquer dúvidas ou reservas, recebendo 100 % do total da pontuação desse subfactor.

3) DC – Demonstração de conhecimentos:

Neste subfactor são avaliados os documentos a seguir descritos:

a) Identificação de experiência em serviços semelhantes	30 Pontos
b) Rendimentos das equipas de trabalho afetas a cada uma das tarefas	20 Pontos
c) Aspetos críticos para cada tarefa e medidas a implementar para a sua mitigação	30 Pontos
e) Discriminação exaustiva dos custos fixos e variáveis	20 Pontos

- 0% < a ≥ 25% do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta não aborda, ou aborda de forma insuficiente, os aspetos relativos ao subfactor, recebendo 25% do total da pontuação desse subfactor;
- 25% < a ≥ 50% do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta aborda de forma razoável os aspetos relativos ao subfactor e/ou oferece algumas dúvidas ou reservas significativas, recebendo 50% do total da pontuação desse subfactor.
- 50% < a ≥ 75% do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta revela uma boa abordagem dos aspetos relativos ao subfactor e/ou não oferece dúvidas ou reservas significativas, recebendo 75% do total da pontuação desse subfactor.
- 75% < a ≥ 100 % do total da descrição das atividades, considera-se que a proposta aborda plena e objetivamente todos os aspetos relativos ao subfactor e não oferece quaisquer dúvidas ou reservas, recebendo 100 % do total da pontuação desse subfactor.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

4) OD – Outro documentos:

Neste subfactor são avaliados documentos não requeridos neste programa de concurso e que possam ser demonstrativos de uma boa execução dos serviços:

- | | |
|--------|------------|
| a) Sim | 100 Pontos |
| b) Não | 0 Pontos |



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

Anexo VI

MODELO GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

Anexo VII

(A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO ARTIGO 19.º)

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]